

HOLOCAUSTO



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Rodrigo Medina Zagni

HOLOCAUSTO

Série | **Saber
& Crítica** 7



2025

Copyright © Rodrigo Medina Zagni
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zagni, Rodrigo Medina
Holocausto / Rodrigo Medina Zagni. – São Paulo:
LF Editorial, 2025. – (Série saber & críticas; 7)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-627-7

1. Antissemitismo 2. Holocausto judeu (1939-1945) - História 3. Memória
4. Nazismo I. Título. II. Série.

25-282727

CDD-940.5318

Índices para catálogo sistemático:
1. Holocausto judeu: História 940.5318

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9580

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

Sumário

Prefácio.....	6
Introdução	8
Capítulo 1 – O debate conceitual	12
Capítulo 2 – O debate historiográfico	17
Capítulo 3 – Antissemitismo religioso e antissemitismo científico	21
Capítulo 4 – Leis restritivas e exclusão social.....	27
Capítulo 5 – Guetoização e resistência.....	38
Capítulo 6 – O complexo concentracionário e a Solução Final	44
Capítulo 7 – Marchas da morte	53
Capítulo 8 – O combate pela memória.....	57
Considerações finais.....	60
Bibliografia sugerida.....	62
Sobre o autor	65

Prefácio

Em que pese o fato de existir uma consistente literatura e historiografia do Holocausto, retomar a tarefa de apresentá-lo a novas e velhas consciências é um empreendimento extremamente necessário. A ascensão de novas formas de autoritarismo e o vil escopo da deformação do passado concorrem com novos assaltos à memória histórica, reificando revisionismos e discursos negacionistas com o objetivo de restabelecer politicamente forças que foram responsáveis, direta ou indiretamente, pelo maior genocídio de todo o século XX: o Holocausto, onde morreram 6 milhões de judeus.

Com isso, revisitaremos o passado a fim de travar, no presente, um imperioso enfrentamento pelo restabelecimento da verdade, como realidade concreta apreendida desde toneladas de registros documentais, dos papéis governamentais aos diários e livros de memória, dos relatos de sobreviventes, da memória legada aos seus descendentes e ressignificada em miríades de suportes.

Caminharemos com o leitor entre sentidos e significados, definições e conceitos, debates de uma rica historiografia e, como quem olha desde o alto, veremos, no século XIX, o advento das teses eugênicas que, no ambiente teuto-austriaco, foram apreendidas pelo movimento “Völkisch”, responsável por uma nova geração de grupos políticos declaradamente antissemitas.

Das trincheiras da Grande Guerra à Alemanha dos anos 1930, veremos como morreu a República de Weimar e, de suas exéquias, ascendeu o nazismo, transmutando ideias e discursos

antisemitas em doutrina política e, a partir da promulgação das Leis de Nuremberg, sua implementação como política de Estado.

Da exclusão à guetoização, caminharemos pelas ruas dos guetos na Polônia, não apenas para lastimar a tragédia humana; mas para ver a resistência, do tear de redes de solidariedade ao levante dos insurretos de Varsóvia. Veremos o suplício da evacuação, em funestos trens de carga, de milhões de judeus, dos guetos para campos de concentração, trabalho forçado e extermínio: fábricas da morte cientificamente planejadas e que operaram sob o paradigma da eficiência industrial.

Mas não terminaremos essa caminhada nas Marchas da Morte, tétrico ato final desse processo; iremos adiante para tratar de uma promessa descumprida frente a história, dados os destinos trilhados pela humanidade, o que inclui o tempo presente: enxovalhamos o compromisso de lembrar para nunca mais acontecer!

Por isso o recurso à linguagem direta e a um formato mais acessível ao público leitor, que não comprometem o exercício da síntese porque ela não é mera simplificação; senão provém da maturidade alcançada nessa senda de investigações acadêmicas de, ao menos, duas décadas dedicadas ao tema, o que incluiu entrevistas com a última geração de sobreviventes dos campos de concentração e acesso aos mais importantes fundos de arquivo já organizados sobre o Holocausto.

Introdução

“Nós, que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. Esta é uma idéia incômoda que passei aos poucos a aceitar, ao ler o que outros sobreviventes escreveram – inclusive eu mesmo, quando releio meus textos após alguns anos. Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras”.
(Primo Levi)

Entre novembro de 1938 e setembro de 1945, dos 9 milhões de judeus que viviam em países europeus, 6 milhões foram mortos, implicando na redução de dois terços de um pujante e ativo segmento da sociedade europeia.

A historiadora norte-americana Lucy Dawidowicz, especialista em história judaica e do Holocausto, esclarece que, desses 6 milhões, mais de um milhão eram crianças e 2 milhões eram mulheres. Esses dados informam não apenas um impacto demográfico absolutamente descomunal; mas as concretas possibilidades, àquele tempo, de extermínio de todo um povo.

Mas não estamos nos referindo apenas ao aniquilamento físico; senão da destruição dos meios de vida, das teias

de sociabilidade e dos termos constitutivos de uma identidade judaica que, ainda assim, resistiu.

O propósito de sua assolação está materializado não apenas em documentos formais como os da Conferência de Wannsee, em 1942, onde a expressão “solução final da questão judaica” (*Endlösung der Judenfrage*) foi desavergonhadamente utilizada pelos quadros superiores do governo alemão e pelos comandantes da *Schutzstaffel* (SS), a Polícia do Estado nazista, bem como pelo reiterado uso, em discursos políticos e documentos oficiais, da expressão “indignos da vida” (*lebensunwertes Leben*), como referência aos judeus; mas, sobretudo, o propósito é confirmado pelos mais de 40 mil prédios e instalações que constituem a monumentalidade do empreendimento genocidário, uma vez que se destinavam à concentração, exploração de trabalho compulsório e extermínio, em maior número, de judeus (isso porque houve outros grupos-alvo alvejados pelo nazismo no mesmo período).

Trata-se de um esforço cientificamente planejado, perpetrado em escala industrial (com a racionalidade e o princípio da eficiência comuns à modernidade) e que contou com o aval de uma das populações consideradas mais cultas de toda a Europa.

Tamanha empresa não dispôs apenas do gigantesco complexo que viabilizou o morticínio; a intencionalidade está plasmada também pelo etapismo com que, de forma encadeada, os assassinatos em massa e as tentativas de destruição da alma judaica foram tentados e cometidos.

Há relativo consenso historiográfico acerca da identificação dessas etapas, começando pela exclusão dos judeus de diversas esferas de atuação da sociedade alemã, quando promulgadas as Leis de Nuremberg, de caráter racista, em 1935; a sistemática detenção e envio de judeus para campos de prisioneiros, durante e

após a “Noite dos Cristais”, em novembro de 1938, quando sinagogas e estabelecimentos judaicos foram depredados e incendiados, na Alemanha e na Áustria; o acesso a mais de 2 milhões de judeus na Polônia, após a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, e seu subsequente confinamento (bem como de ciganos) em guetos, sob condições degradantes de existência; a atuação dos *Einsatzgruppen (der Sicherheitspolizei und der SD)*, esquadrões da morte que operaram, sob os auspícios da SS, durante as incursões sobre territórios ocupados com a incumbência de fuzilar judeus e opositores políticos; o transporte de internos dos guetos para campos de concentração, trabalho forçado e extermínio, em trens de carga cujos vagões, sem calefação, superlotados, abrigavam (cada qual) dezenas ou mais de uma centena de judeus desassistidos de comida, água e condições sanitárias, tendo que viajar de pé por horas e dias, vendo (não raras vezes) aqueles ao seu lado tombarem mortos; o complexo concentracionário do nazismo onde os campos constituíram o suplício final dos muitos que por ali passaram e tiveram suas vidas ceifadas pela fome, doenças, trabalho à exaustão, espancamento, fuzilamento e gaseamento; e, por fim, as marchas da morte, já no ocaso da guerra, quando o avanço do Exército Vermelho e dos Aliados Ocidentais sobre territórios até então ocupados pelo Eixo fez com que os campos fossem, em parte, evacuados e seus internos postos a caminhar, tombando por exaustão, sede e fome, ao longo do caminho.

Não é possível organizar esses tétricos acontecimentos apenas em linha, isso porque, como etapas, algumas se sucederam, se interpenetraram e outras foram concomitantes. O que importa dizer é que as atrocidades nazistas contra os judeus só foram possíveis porque tratou-se de uma política de Estado, e não apenas do propósito de um grupo político externo às estruturas de poder.

É preciso, portanto, correlacionar o antissemitismo “científico” (e seu precedente, o antissemitismo religioso), com o discurso de ódio do nazi-fascismo, sua conversão em doutrina política e, com a chegada do nazismo ao poder, sua implementação como política de Estado, para que possamos então nos enfrentar com a inquietante indagação: como foi possível?

O debate conceitual

*“Desfigurados de tanta necessidade e fome,
perambulavam pela terra ressequida, em
sombrios e devastados desertos” (Jó, 30:5)*

Em sua raiz etimológica, “holocausto” deriva do vernáculo grego “*holokauston*” (ὁλόκαυστον), sendo o seu prefixo alusivo à “oferta de um sacrifício” e o sufixo à sua condição “completamente queimada”. Além dos gregos, esse tipo de oblação era também comum aos romanos, que assim dirigiam suas súplicas aos deuses da terra e do submundo de quem esperavam, em troca, suas bênçãos.

Foi apenas na tradução grega da Torá que a palavra “holocausto” passou a figurar como representação do “*Olah*” praticado pelos judeus ao tempo do primeiro Templo de Jerusalém: os animais queimados e obsequiados a Deus.

O holocausto é oferecido a Deus, como sacrifício pelo fogo, para que as mesmas chamas que consomem o animal vivo purguem os pecados daquele que o imola. Essa é a conotação bíblica que refere, em “Levítico” (1:3-4), a maior forma de sacrifício transgida pelo judaísmo.

Há, com isso, uma grave inconsistência, em sentidos e significados, para que possamos referir, como tal, o genocídio de judeus ocorrido na Alemanha e territórios ocupados, de 1938 a 1945 (balizas cronológicas para as quais não há consenso historiográfico; mas que buscaremos aqui justificar). E qual seria? O

povo judeu, chacinado em 6 milhões de almas de uma população mundial de 11 milhões (9 milhões, em termos de população europeia), não se deu em sacrifício ou fora sacrificado para a redenção dos pecados de seus algozes. Desde sua matriz religiosa (como no sacrifício de Isaac, em “Genesis” 22:56-14), o holocausto diz respeito a uma condição tanto voluntária quanto passiva frente a morte, como desígnio da vontade divina. Não houve sacrifício ou, tampouco, foram as vítimas vencidas pelos perpetradores do maior genocídio de todo o século XX: pretendeu-se a destruição, a ruína e a catástrofe do povo judeu.

Deste emprego deriva a profusão da forma latina “*holocaustum*”, utilizada para referir massacres de judeus, pela primeira vez, por Roger de Howden e Richard de Devizes, cronistas ingleses da passagem do século XII para o século XIII, acerca da violência anti-judaica ocorrida no ano de 1190, na Inglaterra.

O termo Holocausto, como referência ao morticínio de judeus ultimado pelos nazistas, por sua vez, só começou a ser empregado no final da década de 1950, sobretudo por ter sido reiteradamente utilizado por Elie Wiesel, sobrevivente de Auschwitz e que, em 1986, ganhou o Prêmio Nobel da Paz por sua militância na luta pela memória histórica como forma de resistência ao propósito e à violência genocidária.

Sua popularização, outrossim, decorre do sucesso televisivo alcançado pela minissérie “Holocausto”, exibida pela primeira vez em 1978 pela emissora NBC, nos EUA, em quatro episódios, apesar de ter sido severamente criticada pelo próprio Wiesel, que a acusou de ser tanto “barata” quanto irreal.

Mas não foram poucos aqueles que, como o filósofo Giorgio Agamben, denunciaram a inaceitável equiparação entre altares religiosos e fornos crematórios, tanto quanto a sua pertença

religiosa e condição semântica inclinadas mais à cosmovisão cristã do que judaica.

Por essa razão, no debate historiográfico, tem se afirmado a expressão “Shoá” (שואה, que assume também as formas transliteradas “*sho’ah*” e “*shoa*”), cujo significado, em hebraico e de origem também bíblica, é “calamidade”, “catástrofe” ou “destruição”. Tanto em “Sofonias” (1:15) quanto em “Jó” (30:3) (este que não faz parte da Torah), a raiz “*shoah u-meshoah*” alude a devastação e a desolação. Ocorre que, apesar da predileção de historiadores pelo termo, ele também está eivado de conotações religiosas que comprometem parte de seus sentidos uma vez que, como representação deuteronômica, a destruição decorre de sentença divina, como castigo ao humano.

Verifica-se o uso do termo, para referir o extermínio de judeus pelo nazismo, desde a década de 1940, tendo sido incluído, em maio de 1948, na Declaração de Independência do Estado de Israel; no entanto, sua difusão só ocorreu nos anos 1980. Isso se deve, sobretudo, à ampla difusão do documentário “Shoá”, dirigido pelo francês Claude Lanzmann e exibido em 1985, projetando a violência dos campos de concentração em telas de cinema e, depois, aparelhos televisores, dando a conhecer relatos de testemunhas e sobreviventes. O impacto do filme sobre a opinião pública, de jornalistas e de especialistas, está diretamente relacionado à profusão do novo conceito.

Por quão mais acertada tenha parecido a expressão “Shoá” a fim de referir o sistemático plano de destruição do povo judeu, para historiadores, o termo logrou afirmar-se apenas na Europa Continental e em Israel, enquanto noutras realidades, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra (de onde provém uma vasta literatura e cinematografia sobre o tema), o termo Holocausto

segue usual, sendo praticamente desconhecidas quaisquer outras formas de designação.

Isso porque houve, ao menos, outra, além da díade Holocausto e Shoá. Trata-se de “Churban”, que antecede o termo Holocausto e provém de uma análoga concepção religiosa. Apesar de não aparecer na Bíblia, é a expressão utilizada pelos judeus para referir a destruição tanto do Primeiro Templo de Jerusalém, que caiu frente ao assédio babilônico em 586 a.C., quanto do Segundo Templo, assolado pelos romanos no ano 70 d.C. Com isso, o extermínio de judeus pelos nazistas teria constituído a Terceira Churban.

Massacres de judeus, anteriores ao Holocausto, receberam, por sua vez, o epíteto de “*progrom*”, palavra de origem russa que significa o ataque violento a um grupo de pessoas com o propósito da sua aniquilação. Apesar de ter sido utilizado para nominar a violência organizada desferida contra uma série de minorias étnicas na Europa, a historiografia consagrou o termo como designativo dos morticínios de coletividades judaicas, comuns ao Ocidente medieval e à era moderna, quando a “caça às heresias”, orientada pela Santa Sé e poderes locais, levou a incontáveis violências contra os judeus.

Dito isso, o único consenso passível de ser colhido nessa contenda é o de que, nesse campo, vigora uma imensa tensão linguística.

E em que pesem as críticas, acertadas por óbvio, à utilização do termo Holocausto, é em homenagem às vítimas que o grafaram em seus preciosíssimos testemunhos que optamos por utilizá-lo.

Estamos, no entanto, ciosos dos perigos de o termo, quando esvaziado de conteúdos cognitivos, ser banalizado. E isso tem ocorrido! Ou seja, o Holocausto, precisamente, refere o genocídio

do povo judeu, perpetrado por nazistas, na Alemanha e territórios ocupados, de 1938 (com a “Noite dos Cristais”) a 1945 (com as “Marchas da Morte”); mas tem sido utilizado para nominar outros massacres e/ou genocídios, como o extermínio dos sinti, roma, escravos, deficientes físicos e mentais, maçons, comunistas, homossexuais, prisioneiros de guerra soviéticos e Testemunhas de Jeová, no mesmo período e pelos mesmos perpetradores, o que consideramos tanto impreciso e equivocado quanto deletério. Isso para não dizer de títulos que afirmam, por exemplo, a ocorrência de um “Holocausto Brasileiro”, para referir a internação compulsória e o tratamento de doentes mentais, o que resulta igualmente incorreto.

Quando conceitos, que compõem corpos teóricos e, estes, campos de investigação científica, têm sua precisão desconsiderada passando a referir uma gama sortida de eventos; acabam por não significar mais nada a não ser a reprovação e/ou condenação moral daquele que o utiliza. Ou seja, já não serve mais às ciências.

E se trata de um conceito não apenas caro ao povo judeu, por constituir parte do seu etos: interessa a toda a humanidade, sobre a qual pairam espectros de novas violências genocidárias!

O debate historiográfico

“Prezado Professor, sou sobrevivente de um campo de concentração. Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver: Câmaras de gás construídas por engenheiros formados. Crianças envenenadas por médicos diplomados. Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades. Assim tenho minhas suspeitas sobre a Educação. Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos. Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e saber aritmética só são importantes se fizerem nossas crianças mais humanas.”
(texto de autor anônimo encontrado em Campo de Concentração, após o término da Segunda Guerra Mundial)

A escrita da história do Holocausto, como é comum a outros tipos historiográficos, pode ser dividida em períodos, etapas, tipos, escolas e tendências, cada qual filha de seu tempo.

Em relação as suas etapas, parte significativa da historiografia sobre o Holocausto considera que de 1939 a 1941, portanto do início da guerra até a invasão à URSS, o extermínio de judeus teria ocorrido por “estimulação”, isso porque o grande contingente

de mortos se encontrava nos guetos, campos de trabalho forçado e de concentração, ainda que ali houvesse execuções regulares.

A partir de junho de 1941, com a Operação Barbarossa, o quadro teria mudado drasticamente. Isso porque, em território soviético, os nazistas passaram a ter o controle sobre uma comunidade de 3 milhões de judeus, cifra muitas vezes superior à população judaica na Alemanha e até mesmo na Polônia.

Desses 3 milhões de pessoas, um milhão seriam mortos e com o uso de uma novíssima ferramenta: os *Einsatzgruppen*, destacamentos de fuzilamento que avançavam sobre terra arrasada com a função de identificar coletividades judaicas e de dar cabo de sua vida ali mesmo, ante os escombros de suas cidades ou em valas comuns, abertas por aqueles prestes a morrer.

Os quadros de comando do nazismo, no final de 1941, já haviam percebido a impossibilidade de os *Einsatzgruppen* exterminarem toda a população judaica da Europa, e é dessa percepção que decorrem, por determinação de Herman Goering, os planos para a liquidação física de todos os judeus da Europa e que encontram na conferência de Wansee, em janeiro de 1942, o seu ponto culminante em termos de elaboração: a “Solução Final da Questão Judaica”.

Essa mudança qualitativa dos massacres, já em 1942, inaugurou uma nova etapa do Holocausto: a evacuação dos guetos, em trens de carga, e o deslocamento de seus internos a campos de extermínio, onde eram levados às câmaras de gás e, mortos, aos fornos crematórios.

Outra forma de agrupar o debate historiográfico, sobretudo o mais recente, é organizar seus autores em torno de posturas distintas quanto a questão da intencionalidade: funcionalismo e intencionalismo.

Funcionalistas não creditam as mortes de judeus, por agentes nazistas, anteriores a 1942, uma clareza objetiva quanto ao escopo de exterminar todos os judeus na Europa; com isso, o Holocausto só teria tido início quando, aberta a frente russa, verificou-se a impossibilidade de a “questão judaica” ser resolvida por meio das deportações.

Já autores intencionalistas verificam, em diversas fontes (como os próprios escritos de Hitler, publicados em 1926), a materialização do intento morticida. Com isso, o Holocausto teria iniciado muito antes da Operação Barbarossa.

Para os funcionalistas, esses e outros documentos não comprovam a existência de um plano de extermínio dos judeus; mas mera propaganda.

Outro importante flanco aberto por uma historiografia recente, sobretudo diante da difusão do livro “Os carrascos voluntários de Hitler”, de Daniel Goldhagen, diz respeito à até então vigente categoria dos “espectadores passivos”, que junto dos grupos-alvo e dos perpetradores constitui a tríade dos atores partícipes do Holocausto. Diante de argumentos que afirmam o desconhecimento do povo alemão diante das atrocidades nazistas, essa categoria (dos “espectadores passivos”) cai por terra diante da demonstração de que diversos segmentos da sociedade alemã tinham conhecimento de que o morticínio de judeus e de outras minorias sociais estava em curso.

Portanto, não haveria passividade no silêncio, senão a cumplicidade que confere legitimidade, apoio e mesmo coparticipação em diversos casos, como do “cidadão comum” que denuncia o paradeiro de judeus, ciente de que sobre eles pesaria toda sorte de brutalidades.

O antissemitismo enraizado na cultura alemã (bem como em outras sociedades europeias) encontrou-se com a conveniência dos muitos que, buscando ascensão em diversos ambientes, delataram aqueles cujas posições almejavam galgar, como colaboradores na fuga e/ou ocultamento de judeus.

Nesses últimos anos, a pesquisa histórica sobre o Holocausto ganhou novo ânimo e vigor com a criação de uma das maiores bases de dados sobre o tema: a *European Holocaust Research Infrastructure*, cujo propósito é o da unificação dos fundos de arquivos que guardam toda sorte de documentos deste período, da oralidade à oficialidade dos papéis governamentais, passando por diversos outros suportes.